



# Antropoceno e futuros presentes: entre regime climático e regimes de historicidade potenciais

Rodrigo Turin\*

“Os Modernos esperavam uma mudança de época, mas agora se veem obrigados a reaprender a se situar no espaço.”

(LATOUR, 2021, p. 135)

## RESUMO

O objetivo deste artigo é realizar uma reflexão acerca da relação entre Antropoceno e regimes de historicidade potenciais que emergem no presente. Para isso, realiza-se uma discussão acerca da possível nomeação de um “regime antropocênico de historicidade”, interrogando a sua pertinência heurística, assim como suas implicações políticas. Em seguida, ainda que de forma breve e ampla, apresenta-se uma chave possível de leitura para realizar uma cartografia dos regimes de historicidade potenciais que emergem no presente, investigando de que modo eles são elaborados, como se relacionam, interagem, convivem e se combatem, no esforço de fazer valer novas formas de temporalização diante do novo regime climático.

**Palavras-chave:** Antropoceno; regimes de historicidade; futuro; temporalidade; história

## *Anthropocene and Present Futures: Between Climatic Regime and Potential Regimes of Historicity*

## ABSTRACT

The aim of this article is to reflect on the relationship between the Anthropocene and potential “regimes of historicity” that emerge in the present. It discusses the possible appointment of an “anthropocenic regime of historicity,” questioning its heuristic relevance,

---

DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/2237-101X02405404>

Artigo recebido em 15 de março de 2023 e aceito para publicação em 12 de junho de 2023.

\* Professor da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro / Departamento de História, Rio de Janeiro, RJ – Brasil. Bolsista Produtividade CNPq 2. E-mail: [rodrigoturin@gmail.com](mailto:rodrigoturin@gmail.com). ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2385-9961>.

as well as its political implications. Then, briefly and broadly, this article presents a possible reading tool for mapping the potential regimes of historicity that are emerging in the present, investigating their elaboration, as well as how they relate, interact, coexist, and compete with one another in an effort to assert new forms of temporalization in the face of the new climate regime.

**Keywords:** Anthropocene; Regimes of Historicity; Future; Temporality; History

### *Antropoceno y futuros presentes: entre régimen climático y regímenes de historicidad potenciales*

#### RESUMEN

El objetivo de este artículo es realizar una reflexión sobre la relación entre el Antropoceno y regímenes de historicidad potenciales que emergen en el presente. Para eso, se realiza una discusión acerca sobre la posible denominación de un “régimen antropocénico de historicidad”, interrogando a su pertinencia heurística, así como sus implicaciones políticas. Luego, de forma breve, se presenta una clave posible de lectura para realizar una cartografía de los regímenes de historicidad potenciales que emergen en el presente, investigando de qué modo ellos son elaborados, cómo se relacionan, interactúan, conviven y chocan, en su esfuerzo de hacer valer nuevas formas de temporalización delante del nuevo régimen climático.

**Palabras Clave:** Antropoceno; regímenes de historicidad; futuro; temporalidad; historia

A conscientização frente ao acelerado aquecimento climático, expandida globalmente nos últimos anos, tem causado efeitos profundos nos modos de imaginar a temporalização das sociedades. Se a consciência da relação entre crescimento industrial e degradação das condições ambientais remonta, pelo menos, ao século XIX, foi nas últimas duas ou três décadas que ela ganhou uma nova intensidade, marcada pelas dimensões da urgência e da catástrofe (BONNEUIL; FRESSOZ, 2013). O surgimento de uma diplomacia climática a partir dos anos 1990, a criação de instituições e instrumentos de medição e divulgação do sistema climático do planeta (como o Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas e seus relatórios), a inserção cotidiana de notícias ambientais na grande mídia (intensificada após o início da pandemia de Covid-19), assim como o enfrentamento imediato dos efeitos dessa transformação pelos indivíduos, nas diversas catástrofes que vêm ocorrendo em diferentes partes do planeta, tudo isso tem contribuído para uma alteração radical nas condições de temporalização coletiva, assim como na capacidade de imaginação de futuros (CHARBONNIER, 2017; AYKUT; DAHAN, 2015; MARQUES, 2022; PÁDUA, 2015;

PELBART; FERNANDES, 2021; ARAUJO; MARQUES; PEREIRA, 2020). Essa condição global de urgência e catástrofe se revelou, mais recentemente, no debate sobre se deveríamos abandonar de vez, ou não, o horizonte do limite de 1,5°C ou 2°C de aquecimento do planeta até o fim do século XXI, tal como previsto no Acordo de Paris, uma vez que o intervalo evidenciado entre os dados recentes de emissão de gases de efeito estufa e o tempo que resta para sua diminuição parecem tornar cada vez mais irrealista aquela projeção de futuro.<sup>1</sup> O próprio secretário geral da ONU, Antonio Guterres, às vésperas da COP27, reforçou o diagnóstico de emergência configurado por esse desencontro atual entre o tempo da política e o tempo do planeta: “As emissões de gases de efeito estufa continuam crescendo. As temperaturas globais continuam subindo. E nosso planeta está se aproximando rapidamente de pontos de inflexão que tornarão o caos climático irreversível”. E completou: “Estamos a caminho do inferno climático, com o pé no acelerador”<sup>2</sup>.

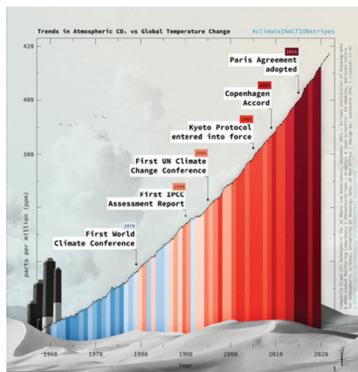
A percepção da urgência da degradação ambiental e do aquecimento climático convive hoje, portanto, com uma outra percepção crescente, referente ao descompasso ou dessincronização entre diferentes tempos (ROSA, 2010; JORDHEIM, 2014). A aceleração dos níveis de concentração de CO<sub>2</sub> na atmosfera foi se mostrando inversamente proporcional à capacidade e à velocidade de ação das instituições políticas para lidar com o problema. Desde a Rio-92, passando pelos encontros de Kyoto, Paris, Glasgow e, em 2022, Cairo, a diplomacia climática foi acompanhada pelo aumento contínuo dos níveis de emissão de gases do efeito estufa (ver Gráfico 1). Se, em diferentes países, com graus bastante diferenciados, formou-se uma agenda “verde” que passou a ocupar na esfera pública um espaço e um reconhecimento significativos, sua entrada e incorporação nas estruturas políticas dos Estados ainda se mostra bastante limitada. Dito de outro modo, formou-se nas últimas duas ou três décadas um cenário no qual a história parecia cada vez mais imobilizada, enquanto o planeta – antes concebido como um palco inerte e passivo – entrava em um processo de aceleração inédito. E essa parece ser, hoje, a grande dimensão trágica das sociedades contemporâneas: como lidar com essa dessincronização entre o tempo do planeta e o tempo da política?

---

<sup>1</sup> Recentemente, esse diagnóstico foi reforçado por um estudo da Universidade de Hamburgo, publicado em Hamburg Climate Futures Outlook: 2023 (ENGELS *et al.*, 2023).

<sup>2</sup> DEUTSCHE WELLE. COP27: mundo rumo para “inferno climático”, alerta Guterres. 7 nov. 2022.

Rodrigo Turin

**Gráfico 1:** Tendências em CO<sub>2</sub> atmosférico e mudança de temperatura global x diplomacia climática

Fonte: Sustentio, 2022

O descompasso entre o tempo do planeta e o tempo da política pode ser entendido, em parte, como uma alteração profunda na relação estabelecida na modernidade entre espaço de experiência e horizonte de expectativa (KOSELLECK, 2006, p. 305-328). Ou seja, os conceitos políticos, as redes semânticas e as instituições herdadas da modernidade encontram dificuldades para abarcar e incorporar em suas estruturas os novos horizontes colocados, tais como a alteração radical de ecossistemas e uma possível sexta extinção em massa (SIMON, 2020). O próprio conceito moderno de história, entendido como um processo singular coletivo, e restrito a uma Humanidade que se temporaliza às custas do domínio e da exploração da Natureza, vem se tornando cada vez mais opaco e fragilizado, perdendo sua capacidade de oferecer respostas e quadros de inteligibilidade diante desses novos problemas (TAMM; SIMON, 2020). A História, parafraseando Tocqueville, parece que deixou novamente de lançar luzes sobre o futuro, jogando obscuridade na própria ideia de uma humanidade emancipada da natureza.

Estariamos, assim, em uma nova brecha do tempo: reconhecemos o afastamento de algo que, agora, vem se tornando passado, mas ainda nos mostramos incapazes de visualizar plenamente novas ordens de realidade. A proposta de uma nova época geológica, o Antropoceno, vem servindo como uma marca forte dessa brecha temporal (CRUTZEN, 2002). A concepção de que a humanidade deve ser entendida como um agente geológico, mais do que apenas como agente histórico, traz implicações fundamentais, problematizando noções centrais da consciência histórica moderna, tais como as de “disponibilidade da história” e “progresso”. Mais do que apenas uma nova camada estratigráfica a ser definida pelos geólogos, o Antropoceno representa uma profunda ruptura na experiência coletiva do tempo, cujos efeitos ainda não podemos medir plenamente (TURIN, 2022).

Se o Antropoceno representa uma quebra com o regime moderno de historicidade, seria pertinente tratá-lo como um novo regime pleno e autônomo, com sua forma própria de

ordenação do tempo? Ou ele deve ser entendido, antes, como uma nova condição de historicidade, que abarca, por sua vez, diferentes e novos regimes potenciais? Essas questões, que pretendo desenvolver nesse ensaio, obrigam a enfrentar a própria situação de ter que elaborar sentidos sobre essa mudança profunda dentro da brecha em que vivemos, ou seja, reconhecendo a limitação das perspectivas que o presente nos coloca. Afinal, se o Antropoceno visa nomear uma nova época geológica da Terra, assim como as suas novas condições climáticas, é importante salientar que ainda não sabemos e não podemos saber o que esse período será de fato, quando finalmente se estabilizar como uma nova ordem sistêmica. Dependendo dos níveis de aquecimento climático que forem estabelecidos, 1,5°C, 2,0°C ou mesmo 3,6°C, poderemos habitar planetas muitos diferentes (STEFFEN *et al.*, 2018). E isso leva a ressaltar, igualmente, que os modos de elaborar esses novos horizontes impactam diretamente na sua própria realização, ou seja: o modo como nos temporalizamos hoje em relação a esse futuro definirá também os modos como o próprio planeta irá se temporalizar, qual será o seu nível de aquecimento e que novas configurações sistêmicas irão emergir. Falar do Antropoceno obriga, assim, a ocupar a posição desconfortável, mas necessária, de ter que especular em algum grau sobre os futuros possíveis que se realizam no presente, assumindo a responsabilidade pelos efeitos pragmáticos dessas especulações.

Um modo de realizar isso, sem cair na futurologia ou na profecia autointeressada, é investigar de que modo emergem, hoje, diferentes conceitos e formas de temporalização para lidar com os desafios da mudança climática. Uma forma de colocar o problema pode ser: quando o futuro da modernidade se torna passado, o que acontece com a linguagem histórico-política do presente (GEULEN, 2012)? Torna-se fundamental, portanto, entender esse deslocamento semântico que marca o tempo presente, relacionando-o – entre continuidades e rupturas – tanto com a tradição da linguagem histórico-política da modernidade, assim como com as linguagens “extramodernas” (VIVEIROS DE CASTRO, [s.d.]) que sempre coexistiram com ela, mapeando de que modo novos conceitos surgem, assim como conceitos tradicionais vêm sendo ressignificados, formando novas redes semânticas e formas de temporalização.

A fim de abordar essas questões, na primeira parte do artigo realizo uma discussão acerca da possível nomeação de um “regime antropocênico de historicidade”, interrogando a sua pertinência heurística, assim como seus desdobramentos políticos. O objetivo é refletir em que medida o Antropoceno representa um novo regime de historicidade ou, então, uma nova condição de historicidade, que abre novos regimes de historicidade potenciais. Em seguida, ainda que de forma breve e ampla, apresento uma chave possível de leitura para mapear os regimes de historicidade potenciais que emergem no presente, destacando tanto seus aspectos políticos, como suas formas próprias de figuração de futuro(s).

## Regime antropocênico ou novas condições de historicidade?

O conceito de Antropoceno vem se tornando, cada vez mais, um conceito fundamental das experiências sociopolíticas contemporâneas, principalmente quando se trata das figuras de futuros possíveis. Como um conceito fundamental, ele não deixa de assumir uma polivalência semântica, no mesmo movimento em que é elaborado, debatido e contestado por diferentes agentes e em diferentes espaços sociais. Toda uma “antropo-cena” já se formou em torno dele, abarcando as esferas científica, política, artística e mesmo religiosa (LORIMER, 2016). Essa polivalência, como nos ensina a história dos conceitos, é fundamental para entender a sua historicidade, o modo como o conceito é capaz de articular espaços de experiência e horizontes de expectativas, oferecendo unidades de ação possíveis (KOSELLECK, 2006, p. 97-118). Mas se não há, e nem poderá haver, uma definição unívoca de Antropoceno nos debates políticos e sócio-históricos, antes de considerar os usos do conceito para nomear um novo regime de historicidade, torna-se importante lembrar a sua origem e os seus usos dentro do campo científico, assim como os respectivos escopos temporais.

No que diz respeito à abordagem geológica, os sentidos do conceito são restritos por critérios formais, que regem a tabela cronoestratigráfica estabelecida na tradição da ciência da geologia (FREYESLEBEN, 2022). Após a proposta de Paul Crutzen e Eugene Stroemer, no início do século XXI, e sua rápida repercussão, foi criado o The Anthropocene Working Group (AWG), parte da Subcomissão de Estratigrafia Quaternária, um órgão constituinte da Comissão Internacional de Estratigrafia. Esse grupo tornou-se responsável por debater e propor os critérios que permitem validar ou não o Antropoceno como uma nova unidade de tempo geológico. O ponto chave nessa abordagem é identificar os elementos que permitiriam diferenciar a camada geológica antropocênica frente às camadas estratigráficas anteriores. A escolha dos elementos – que podem ir da presença do plástico aos radionuclídeos dos testes de bombas nucleares – impacta na própria cronologia a ser estabelecida como início da nova época geológica, cuja proposta mais forte tem se centrado na “grande aceleração” do pós-Segunda Guerra. O estabelecimento e o reconhecimento dos *golden spikes*, permitindo desenhar a sincronicidade necessária da camada estratigráfica que seria atribuída ao Antropoceno, já estão em processo avançado de formalização, podendo ser votados e aprovados ainda no ano de 2023 (ZALASIEWICZ, 2019).

Para além do entendimento restrito enquanto “época geológica”, há ainda o modo como o Antropoceno é trabalhado dentro da Ciência do Sistema Terra (CST). Por mais que esses Antropocenos se aproximem, eles não se confundem. Na CST, o conceito envolve o trabalho de uma série de disciplinas, abarcando fenômenos biogeoquímicos diversos, como a concentração de CO<sub>2</sub> e metano na atmosfera, a acidificação dos oceanos, entre outros (VEIGA, 2019). Nessa abordagem, dependente também de um conjunto de tecnologias que permitem produzir uma nova forma de visualização do planeta, o que conta é a dimensão sistêmica da

chamada “zona crítica” (STEFFEN *et al.*, 2018; EDWARDS, 2010). Ou seja, o foco da CST é analisar as condições de habitabilidade do planeta, as quais só podem ser estabelecidas a partir do mapeamento das inter-relações entre diversos agentes e fenômenos biogeoquímicos e sociais. Seu maior suporte, hoje, são os relatórios do IPCC, que, junto com a noção de “limites planetários”, vêm servindo de balizas fundamentais para as negociações da diplomacia climática (ROCKSTROM; GAFFNEY, 2021).

Nessas duas formas de uso, o conceito de Antropoceno aponta para unidades dotadas de certa homogeneidade sistêmica (a estratigrafia, a zona crítica), que permitem identificá-las, relacionalmente a outras unidades, como novas fases do planeta Terra. Nessas classificações, a dimensão temporal pode variar, mas a sua própria existência pressupõe necessariamente uma longa ou longuíssima duração, muito diferente das durações dentro das quais medimos tradicionalmente as experiências sociopolíticas. Nessa chave, se o Antropoceno é definido seja como uma nova época geológica, seja como uma nova fase climática do planeta, que pertinência teria em estender o seu uso e aplicá-lo para definir também um novo regime de historicidade?

Essa proposição foi defendida recentemente, ainda que de modo breve, pelo próprio historiador que elaborou a categoria “regime de historicidade” como um instrumento heurístico. Na conclusão de seu último livro, *Chronos*, François Hartog indicou como as sociedades vivem hoje emparedadas entre os tempos do presentismo e o tempo mais vasto do planeta Terra (HARTOG, 2020). Para além das formas diversas de temporalizações presentistas da sociedade contemporânea, que vão das políticas de patrimonialização à velocidade do mercado financeiro, dos direitos à memória à precarização dos trabalhadores das plataformas digitais, teria emergido mais recentemente o tempo do planeta, expresso pelo aquecimento climático e seus efeitos. O Antropoceno representa, assim, uma nova dimensão temporal que vem se colocar ao lado (ou acima) da pluralidade de tempos sociais da contemporaneidade, mas sem se confundir com elas.

Se o regime de historicidade moderno vai se tornando cada vez mais uma experiência passada, o que emerge em seu lugar, para Hartog, é uma série de hiatos (*écarts*) temporais: hiato entre o tempo do Antropoceno e os tempos do mundo; hiato mesmo entre as diferentes formas de presentismo. Um aspecto fundamental dessa nova situação, segundo o historiador francês, é que “entre o tempo do Antropoceno e o tempo do mundo não há medida comum e, todavia, nós não temos outra escolha a não ser viver entre um e outro, ao mesmo tempo” (HARTOG, 2020, p. 329)<sup>3</sup>. É para nomear essa nova condição que ele sugere a classificação de um “regime antropocênico de historicidade”. Esse regime consistiria no modo de manter juntos esses diferentes hiatos temporais, do menor ao mais vasto, mas sem os reduzir uns aos outros. O que chama a atenção nessa proposta é que uma nova unidade, um novo regime

<sup>3</sup> Trad. livre do autor: “entre le temps de l’Anthropocène et le temps du monde, il n’y a pas de commune mesure et, pourtant, nous n’avons plus d’autre choix que de vivre dans l’un et l’autre en même temps”.

de historicidade, seria qualificado justamente pela sua pluralidade constitutiva e inescapável. Enquanto os conceitos de Antropoceno, na geologia e na CST, são definidos enquanto unidades mais ou menos homogêneas, segundo seus critérios específicos, aqui o conceito é qualificado antes pela sua heterogeneidade intrínseca. É um regime, mas são muitos tempos. São distintos tempos, mas, ao final, seria um único regime.

Essa sugestão de Hartog deve muito às importantes reflexões quem vêm sendo realizadas por Dipesh Chakrabarty, desde seu artigo “O clima da história”, de 2009. Em seu mais recente livro, em que sintetiza uma década de reflexões, Chakrabarty também aponta para a situação de vivermos, simultaneamente, uma série de “tempos do agora”: de que modo o “agora” da história global se entrelaçou com o “agora” da história geológica (CHAKRABARTY, 2021). Por ser um evento inédito na história humana, segundo o historiador indiano, os instrumentos tradicionais da disciplina histórica se mostrariam insuficientes para produzir inteligibilidade para essa nova situação, revelando apenas uma historicidade incompleta, pois antropocêntrica. Conseguir abarcar de maneira plena essa nova forma de historicidade, em toda sua complexidade, implicaria ter que adotar um ponto de vista mais do que humano, assim como mais do que apenas global, o que ele denomina de “planetário”.

Para Chakrabarty, esse ponto de vista planetário só seria possível de ser abarcado com os instrumentos da Ciência do Sistema Terra. É a capacidade que essa ciência tem de articular camadas temporais variadas – a do planeta, a da vida, a da espécie humana – que a tornaria o lugar de enunciação privilegiado da historicidade do Antropoceno. Um dos aspectos fundamentais dessa abordagem, que a diferencia da disciplina histórica e das humanidades, seria a construção de um “ponto de vista do planeta tomado de fora” (*taken from the outside*) (CHAKRABARTY, 2021, p. 78). É apenas a partir dos estudos de outros planetas que a Terra se revelaria como uma entidade dotada de historicidade própria. Esse elemento comparativo, interplanetário, distanciaria a historicidade da Terra daquilo que o historiador indiano denomina, em diálogo com Heidegger, de “Mundo”, cuja historicidade está vinculada às formas do habitar humano. É para marcar essa diferença que ele propõe as categorias de “regime global de historicidade”, vinculado às humanidades tradicionais, e o “regime antropocênico de historicidade”, cujos historiadores seriam os cientistas da CST.

Aqui temos, portanto, dois regimes que se revelam incompatíveis, mas que ao mesmo tempo não podem mais ser pensados de maneira isolada. Um diz respeito ao planeta, só abrangendo a humanidade enquanto espécie. No outro, a humanidade aparece em sua pluralidade de povos, nações, Estados e relações econômicas. No regime antropocênico de historicidade, a categoria fundamental é a de “habitabilidade”, definindo os limites planetários que permitem a existência da vida na Terra e cujas medidas são dadas pela CST. No regime global, é o conceito de “sustentabilidade” que passa a ocupar uma dimensão central, visando à organização das histórias possíveis e suas dimensões políticas.

Um aspecto importante dessa leitura de Chakrabarty são os diferentes papéis que a representação histórica assume dentro desses dois regimes. Enquanto no regime global a história ainda permanece tendo o seu caráter pedagógico e sua dimensão moral, orientando formas possíveis de sustentabilidade, no regime antropocênico a história contada pelos cientistas da CST seria absolutamente amoral, sem a presunção de qualquer lição possível: uma história radicalmente sem *magistra vitae* (CHAKRABARTY, 2021, p. 87). O fato de a história da habitabilidade ser amoral não impede, no entanto, que ela sirva como uma régua para as histórias das sustentabilidades possíveis. Ao contrário, é justamente o seu “ponto de vista de fora” que permitiria, segundo Chakrabarty, a sua posição como um lugar de enunciação privilegiado, anterior à própria política.

Diferentemente de Hartog, para quem a categoria abarcava uma pluralidade de tempos e seus hiatos, aqui a aplicação de um “regime antropocênico de historicidade” apresenta um escopo mais delimitado, que se cola às definições dadas pela CST. Mas é essa delimitação mesma que acaba por causar estranhamento nessa forma de uso da categoria de “regime de historicidade” para o Antropoceno. Afinal, se o regime antropocênico converge para aquilo que define a CST, por que não chamar de “sistema climático”, ou mesmo de “regime climático”, termos usados pelos próprios cientistas? E se o Antropoceno representa um novo regime de historicidade, o mesmo não deveria ser aplicado, retrospectivamente, ao Holoceno, dentro do qual ocorreram as histórias dos últimos 11 mil anos? Ou seja, o uso da categoria “regime antropocênico de historicidade” parece causar ruído tanto na pertinência heurística da categoria “regimes de historicidade” – voltada para analisar formas de organização da temporalidade em sociedades diferentes –, como no próprio conceito de Antropoceno, na medida em que se adotam os critérios da CST, mas se altera a sua nomenclatura e a extensão da aplicação.

Problemas semelhantes podem ser apontados em sua categoria irmã, o “regime global de historicidade”, cuja abrangência também dilui a pertinência heurística da categoria “regimes de historicidade”. Em que medida as várias formas de organização do tempo que coexistem no presente (e no passado) poderiam ser reduzidas a um regime genérico, denominado de global, unidas apenas pela sua suposta condição humana-simbólica, em contraste com a humana-espécie do regime antropocênico? Essa união de formas distintas de historicidade sob uma mesma categorização não levaria à renovação de um novo tipo de “singular coletivo”, configurado agora pela ilusão do “ponto de vista de fora” do planeta? Afinal, como já apontou Latour, não há um ponto de vista de fora que não esteja, ele próprio, já situado em algum lugar (LATOURE, 2020). E essa condição tem desdobramentos fundamentais.

Um dos aspectos mais importantes dessa leitura são, justamente, suas implicações políticas. A estrutura dualista de um regime planetário e um regime global – com seus pares de oposição, como Terra-Mundo, habitabilidade-sustentabilidade –, acaba, como destaca Malcolm Ferdinand, por “adotar os mesmos termos, escalas e historicidades ambientalistas

de ‘sujeito global’, ‘Terra total’ ou ‘humanidade em geral’” (FERDINAND, 2022, p. 31). E, ao operar dessa forma, leva a reproduzir a fratura colonial no seio de fratura ambiental do Antropoceno, escondendo os diversos cortes geopolíticos, raciais e de gênero que atravessam os diferentes corpos afetados pela catástrofe climática. Desse modo, o Antropoceno seria acionado como um meio de atualizar as formas do “habitar colonial”, entendendo agora o planeta como uma “arca de Noé”, cuja salvação continuaria nas mãos de um sujeito universalizado, dotado da soberania para escolher quem irá sobreviver, assim como as formas legítimas de sobrevivência.

Desse modo, apesar das importantes contribuições que as abordagens de Hartog e de Chakrabaty trazem à compreensão dos efeitos históricos da mudança climática, esses dois modos de trabalhar a categoria de “regime antropocênico de historicidade” não deixam de se revelar bastante problemáticos, seja nas suas dimensões heurísticas, seja nas suas disposições políticas. O mesmo poderia ser apontado em outras proposições semelhantes, como as de Lopes e Viana Jr (2020) e de Christophe Bouton (2022). Parece haver uma tensão na junção das noções de “regime de historicidade” e de Antropoceno. A união dessas duas categorias em uma única categoria abrangente, o “regime antropocênico de historicidade”, acaba produzindo seja uma pluralidade amorfa, seja uma atualização da visão da história como um singular coletivo.

Um ponto fundamental, para escapar dessas armadilhas, é entender que o Antropoceno não é uma “coisa em si”, que possa ser tematizada a partir de um “ponto de vista de fora”. A sua figuração já pressupõe, de um modo ou de outro, a inserção em determinados regimes de historicidades (existentes ou potenciais). Mesmo a produção da CST – seus aparatos institucionais, sua tecnologia, seus conceitos, sua diplomacia – não está imune a essa condição (LOWANDE, 2023). Esse enraizamento em regimes de historicidade traz implicações nos tipos de problemas que serão priorizados, nas formas de visibilidade e invisibilidade de realidades humanas e não humanas, nos modos de ação que encaminham, nas formas de linguagem que elaboram. O Antropoceno não apenas afeta as historicidades, mas ele próprio já depende de uma mediação dentro dessas historicidades existentes.

Novamente, não existe apenas um Antropoceno, mas vários (YUSOFF, 2018). É fundamental, nesse sentido, reconhecer e trabalhar dentro dessa pluralidade, identificando seus lugares de enunciação, suas operações, seus desdobramentos políticos. Pluralidade que não deixa de incluir as outras nomeações que configuram a sua constelação semântica: Capitaloceno, Plantationceno, Tecnoceno, Negroceno, Chthuluceno, entre outras. Reconhecer que as mudanças climáticas e suas nomeações já dependem das articulações dentro de determinados regimes de historicidade torna-se ainda mais importante quando recordamos que esse é um evento/processo ainda em plena realização. Como já foi dito acima, dependendo de qual for o teto do aquecimento climático, poderemos habitar planetas muito distintos. E esses futuros possíveis do planeta têm uma relação estreita com as formas presentes através das quais eles

são nomeados e figurados. Dito de outro modo: se há uma tensão, que torna difícil unir as duas categorias em uma única, não deixa de haver uma relação recíproca entre regimes de historicidade e Antropoceno. O novo regime climático não apenas condicionará os regimes de historicidade possíveis do futuro, mas também os regimes de historicidade que se configuram no presente terão impacto direto no que será, de fato, esse novo regime climático.

Desse modo, mais do que definir um suposto “regime antropocênico de historicidade”, cuja forma acabada nem podemos ainda visualizar, torna-se fundamental para os historiadores e cientistas sociais investigar de que modo essa relação recíproca entre mudança climática e reordenação de regimes de historicidade acontece no presente, em toda a sua pluralidade. Na medida em que a emergência de um novo regime climático impõe novas condições de historicidade, de que modo diferentes agentes elaboram ou reelaboram novas ordenações semânticas e novas formas de temporalização? E invertendo a questão: de que modo essas novas ordens semânticas e suas formas emergentes de temporalização impactam a figuração e a realização futura do novo regime climático? Abre-se, assim, como agenda, a realização de uma cartografia dos regimes de historicidade potenciais que emergem em nossa contemporaneidade – ou, para ser mais preciso, em nossa cotemporalidade (RUFFEL, 2016).

## Por uma cartografia dos regimes de historicidade potenciais do Antropoceno

Para alguns autores, no entanto, antes de levar a uma nova politização dos conceitos e das instituições, a emergência na esfera pública da questão climática e ambiental estaria produzindo uma crescente despolitização. Como afirma Swyngedouw, “a elevação das preocupações ambientais ao status de causa humanitária global funciona como ‘uma gigantesca operação de despolitização dos sujeitos’” (SWYNGEDOUW, 2022, p. 650). A criação de um suposto “consenso tecnogerencial”, manifestado em propostas de “transição energética” como as de precificação do carbono, da geoengenharia solar, da expansão dos carros elétricos, entre outras, ao mesmo tempo em que traria a natureza ao palco principal da cena pública, acabaria por despolitizá-la completamente, entregando-a nas mãos de uma tecnocracia corporativa planetária. O Antropoceno, aqui, surgiria na sua dimensão “pós-política”, anulando os dissensos e os antagonismos tradicionais em nome de um novo inimigo abstrato e geral: o CO<sub>2</sub>.

Por mais que essa leitura aponte características importantes na forma como a dimensão climática vem sendo incorporada por determinadas instituições, ela se restringe a uma visão em negativo do fenômeno, expressa pela própria designação de “pós-político”. Ao tomar como referência uma configuração conceitual e institucional anterior, que lhe serve de modelo, assim como um determinado conceito normativo de “político”, ela acaba se limitando a desenhar a emergência de novas linguagens e experiências em função daquilo que elas não são ou não querem mais ser. Com isso, essa perspectiva não apenas exclui as formas de atu-

ação política que coexistem e resistem a esse modelo tecnocrático hegemônico, em suas brechas (BLASER, 2019), como também veta a compreensão do que caracteriza politicamente, nessa nova condição climática, a elaboração de uma linguagem “consensual tecnogerencial”. Afinal, mesmo propostas como as da geoengenharia não se limitam a formas e linguagens únicas, sendo trabalhadas e incorporadas em distintas visões de mundo (BASKIN, 2019; HUI, 2020). Os horizontes de projetos de geoengenharia elaborados em países como EUA ou China, por exemplo, não podem ser homogeneizados sob uma mesma linguagem, uma vez que se enraízam em formas políticas e mesmo em cosmologias distintas.

O que se denomina, portanto, de “pós-político” pode ser mais bem enfocado como uma das linhas de fuga possíveis através da quais o Antropoceno vem sendo mediado por linguagens políticas herdadas, no mesmo movimento em que ele afeta e transforma essas linguagens. Nesse caso em específico, importa analisar de que modo a rede semântica neoliberal e suas formas de governamentalidade, globalmente difundidas desde a década de 1970, vêm sendo capazes de incorporar e de se reinventar diante das mudanças climáticas. Conceitos como “inovação”, “eficiência”, “flexibilidade”, “resiliência”, “empreendedorismo”, entre outros, se configuram em uma rede semântica própria, orientando formas de entendimento e de temporalização para diversas esferas sociais (BROWN, 2019; DARDOT; LAVAL, 2016; TURIN, 2019). Esses mesmos conceitos, nos últimos anos, vêm sendo trabalhados na incorporação da dimensão climática e ambiental, expressando-se em novas práticas e linguagens, como as da ESG (Environmental, Social and Governance) – já amplamente difundida em empresas e instituições públicas – ou nos instrumentos de financeirização e compensação do carbono, conformando aquilo que Ken Birch chamou de “bioeconomias neoliberais” (BIRCH, 2019). A orientação para uma tecnocracia gerencial e para uma responsabilização individual, implícitas nessa rede semântica e nessas práticas, precisam ser entendidas como linguagens propriamente políticas (como apontou Foucault), em sua historicidade, não podendo ser medidas apenas em função da régua das linguagens políticas clássicas da modernidade.

É nesse sentido que se revela a importância de realizar uma cartografia dos regimes de historicidade potenciais que emergem no presente, investigando de que modo eles são elaborados, como se relacionam, interagem, convivem e se combatem, no esforço de fazer valer novas formas de temporalização diante do novo regime climático. Se as mudanças climáticas colocam boa parte do espaço de experiência política da modernidade em questão, isso não significa dizer que essa herança não tenha efeitos ou não possa ser reelaborada em função dos novos horizontes de expectativas. Ao contrário, como aponta Pierre Charbonnier, elas oferecem um repertório já disponível para o trabalho de incorporar as novas dimensões ambientais e climáticas (CHARBONNIER, 2022). O mesmo vale, necessário dizer, para todos os outros povos “extramodernos” (que possuem suas ontologias ‘próprias, mas que também sempre coexistiram dentro da modernidade), com suas próprias formas de atuação política e

cujas tradições também se apresentam como mananciais fundamentais no esforço de elaboração e de orientação de novos sentidos e temporalidades para o Antropoceno (COSTA, 2019; BIANCHI, 2022). Ou seja, nesse processo profundo de mudança representado pela catástrofe climática em curso, não há nem uma ruptura radical com o(s) passado(s) herdado(s), nem uma simples reprodução das linguagens e formas de temporalização já existentes.

Analisar de que modo diferentes expectativas de futuro estão sendo reconfiguradas no presente pode permitir uma compreensão mais complexa e sistemática dessas tendências de organização de novas formas de temporalização no Antropoceno. Na medida em que as visões de futuro, entendidas como horizontes de expectativas, impactam as condições estruturais de temporalização – abarcando, portanto, também as dimensões do presente e do passado –, elas servem como uma chave de entrada privilegiada para cartografar o modo como o Antropoceno vem sendo corporificado e materializado (JASMIN, 2023)<sup>4</sup>. Como afirmaram Marek Tamm e Zoltan Simon em seu projeto acerca dos “futuros históricos”, as diferentes formas de futuro que ocupam a cena pública hoje – os futuros transhumanista, do decrescimento, da inteligência artificial, da colonização interplanetária, do Green New Deal, entre outros – emergem como “novas formas de transição do passado para o futuro e novos modos de configurar a relação entre passado e futuro” (TAMM; SIMON, 2021, p. 4)<sup>5</sup>. Para mapear a emergência desses “novos futuros desconectivos” (*new disconnective futures*), em sua variedade, os autores sugerem pensar em diferentes “modalidades”, focadas em tipos de transição (o modo de relação entre o antes e o depois), em tipos de práticas antecipatórias (como inteligências artificiais ou bioengenharia) e em tipos de registros (tempo, escala, valor, conhecimento/desconhecimento).

Essa proposta é profícua para descrever os diferentes procedimentos através dos quais esses futuros vêm sendo elaborados e suas características formais. Contudo, essa chave de mapeamento coloca a dimensão política como secundária às características formais que regem as suas modalidades de futuro. Não por acaso, experiências como as do capitalismo ou do colonialismo se mostram ausentes na proposição dos autores. Não parece pertinente, de todo modo, pensar as formas de futuro envolvendo o Antropoceno sem trazer a questão política como elemento central de análise. Afinal, diante dos desafios que as mudanças climáticas

---

<sup>4</sup> Para isso, a abordagem de uma história conceitual do presente pode se mostrar particularmente profícua, permitindo identificar os conceitos que vão se tornando fundamentais para ordenar e orientar essas novas experiências (MONK-HAMPSHER; VREE, 1998; JASMIN; FERES JÚNIOR, 2006). A identificação e o mapeamento desses conceitos, com suas diferentes redes semânticas, também permitem posicioná-los em relação aos outros, com suas diferentes disposições políticas, epistemológicas e mesmo ontológicas. Conceitos como “habitabilidade”, “sustentabilidade”, “limites planetários”, “resiliência”, “adaptação”, “ponto de virada”, “extinção em massa”, entre outros, cada vez mais passam a ocupar um papel fundamental nos debates políticos e nas formas de orientação histórica. A questão a ser investigada é de que forma esses novos conceitos – junto a conceitos tradicionais, mas ressignificados – são relacionados e usados em redes semânticas distintas, figurando diferentes formas de futuro e regimes de historicidade potenciais.

<sup>5</sup> Trad. livre do autor: “new ways of transitioning from past to future and new modes of configuring the relationship between past and future”.

colocam à própria sobrevivência das sociedades, é justamente a dimensão (cosmo)política que está na própria origem da elaboração e é aquilo que alimenta a imaginação e a realização de qualquer futuro possível. Toda imaginação de futuro que tematiza a mudança climática envolve, necessariamente, uma política do tempo (MUDROVIC, 2019; TURIN, 2021). Nesse sentido, outro modo de ordenar a profícua dispersão de futuros presentes envolvendo o Antropoceno se mostra necessário, que permita articular as novas orientações políticas de temporalização do futuro, assim como as suas diferentes características formais.

A necessidade de estabelecer novas relações entre sociedade e natureza, entre humanos e não humanos, com vistas a evitar o “apocalipse sem redenção” (ANDERS, 2007) que se anuncia, parece estar resultando em um cenário composto por algumas posições fortes, transitando entre a aposta em uma singularidade planetária inédita e a defesa de uma pluralização de mundos. A experiência do Antropoceno provoca, desse modo, tanto movimentos centrípetos como movimentos centrífugos, estruturando novos parâmetros políticos e novas formas de temporalização. Essas posições podem ser caracterizadas pelos diferentes modos como se coloca o problema e seu prognóstico. Para as posições centrípetas, se o problema climático é essencialmente planetário, afetando todos os povos, a resolução também deve ser planetária. Para as posições centrífugas, por sua vez, se a causa do problema foi justamente a busca da implementação de um sistema global, em escala singular, a resolução deve ser justamente o oposto: reconhecer a pluralidade constitutiva de mundos. Através dessas tendências colocadas pela questão climática, torna-se possível uma chave de leitura que permite mapear tanto a reorientação e a reformulação das linguagens políticas do presente e suas temporalidades, quanto suas respectivas características formais.

Tendências como essas já foram apontadas, de distintos modos, por diferentes autores (FRASE, 2016; NETO, 2020), mas me importa aqui destacar a análise que oferecem Mann e Wainwright em seu *Climate Leviathan: A Political Theory of Our Planetary Future* (2018). O foco dos autores é analisar como a rápida mudança climática irá afetar estruturalmente as dimensões existentes da soberania, promovendo novas formas de legitimação do poder e seus arranjos políticos. Eles denominam de Leviatã Climático justamente esse esforço de nomear “uma forma de poder ou governo que ainda não é consolidado, mas que já existe em potência” (posição 429, versão Ebook Kindle)<sup>6</sup>. Para os autores, essas formas de soberania em potência se traduzem em quatro tipos ideais, transitando entre as soberanias planetárias e os modos de soberanias locais. No que diz respeito às formas de soberanias planetárias, despontariam como possibilidades tanto um “Leviatã Climático” capitalista, centrado na agência global do mercado e suas corporações privadas; quanto um “Mao Climático” anti-capitalista, centrado no planejamento de um Estado forte. No que diz respeito às soberanias localizadas, apontam para um “Behemot Climático” capitalista reacionário, focado em pro-

---

<sup>6</sup> Trad. livre do autor: “a form of power or government that is not yet consolidated but which exists in potentia”.

teções autoritárias de territórios e identidades; e, por fim, um antissoberano (ou antiestatal) “X Climático”, caracterizado pela pluralidade de formas de vida e suas sustentabilidades (posição 633). Esses tipos ideais alimentam-se de uma série de exemplos da geopolítica contemporânea, como as agendas climáticas implementadas por países como EUA ou China, a emergência de neofascismos em diferentes partes do planeta, assim como as formas de contestação e de proposições de mundos alternativos, em grande parte protagonizadas ou inspiradas por povos extramodernos. Cada um desses modelos, portanto, tanto herdaria dimensões políticas pré-existentes, como também se reconfiguraria em função das formas como passam a estabelecer as novas relações entre sociedade e natureza, visando lidar com os desafios da mudança climática.

Esses quatro tipos ideais, centrados na noção de soberania, poderiam ser traduzidos para a questão dos regimes de historicidade potenciais. Do mesmo modo como os tipos ideais de Mann e Wainwright representam arranjos institucionais e formas de agências distintas para a reconfiguração do poder sob as novas condições climáticas, os vetores centrípeto e centrífugo também levam à formação de modos distintos de temporalizações, possibilitando a emergência de diferentes regimes de historicidade. No vetor centrípeto, configura-se a elaboração de uma nova temporalidade singular, agora planetária, abrindo novos tipos de agências, assim como novas articulações entre passado, presente e futuro. No vetor centrífugo, por sua vez, a singularidade da história moderna dá lugar a uma nova pluralidade de tempos que coexistem, de modos distintos, engendrando regimes de historicidade diversos.

Em cada um desses vetores centrípeto e centrífugo abre-se uma outra linha divisória, agora horizontal, que reatualiza as disposições políticas de “esquerda” e de “direita”, a partir das quais aquelas temporalidades singulares ou plurais recebem configurações mais precisas (ver Gráfico 2). A temporalização planetária, nesse caso, pode se dar tanto em direção a uma vertente herdeira do liberalismo capitalista, tal como o “ecomodernismo” (ASAFU-ADJAE *et al.*, 2015) ou as propostas de financeirização do carbono (CHILDS, 2012), como também pode alimentar a renovação de um projeto socialista ecológico, voltado a dimensões como as de um “proletariado planetário” (FOSTER, 2020) ou a de um “leninismo ecológico” (MALM, 2020). Os modos de agenciamento da relação entre natureza e sociedade que cada uma dessas vertentes estabelece convergem para formas de agência “planetarizadas” (o mercado, grandes corporações, o proletário ambiental), temporalizando-se em função de um futuro único. Diferenciam-se, no entanto, no modo como figuram esse futuro singular (sua relação entre natureza e sociedade) e nos caminhos que devem ser trilhados para realizá-lo. As novas histórias que elas engendram são, portanto, singulares, uma vez que planetárias, mas distintas nas suas configurações narrativas e nos sentidos que produzem para lidar com os desafios da mudança climáticas.

No espectro centrífugo, essa linha divisória horizontal abarcaria tanto os emergentes neofascismos climáticos (BIHEL; STANDENMAIER, 2019), como as diversas formas de

cosmopolíticas com suas autodeterminações ontológicas (LATOURE, 2020; DANOWSKI; VIVEIROS DE CASTRO, 2017; FERDINAND, 2022; KRENAK, 2022). Em ambos os casos, nega-se a dimensão de uma temporalidade única planetária, ainda que por razões bem distintas e de formas diferentes. Para os neofascismos climáticos, trata-se de acionar emoções de proteção e de sobrevivência, circunscrevendo identidades e territórios que devem ser defendidos em função das ameaças climáticas e de inimigos políticos. A pluralidade de povos e tempos, aqui, é uma atestação e, ao mesmo tempo, a condição da forma como se constrói a sua temporalização, centrada em dicotomias como pureza-impureza e amigo-inimigo, e cuja realização de futuro leva, necessariamente, à promessa de extermínio (potencial ou real) das alteridades e a destruição de outros mundos. Já no caso das cosmopolíticas, a pluralidade de tempos representa, acima de tudo, uma recusa da universalização do singular, tal como produzida e reproduzida pelo “habitar colonial” moderno, assim como a reivindicação de autodeterminação ontológica dos povos e de seus ecossistemas. Nessa chave, a pluralidade não é um estado que deve ser ultrapassado (em nome de um povo escolhido), mas uma condição que deve ser preservada e estabelecida em constante negociação com todos os envolvidos, humanos e não humanos (STENGER, 2018).

**Gráfico 2:** Tendências de organização de regimes de historicidade potenciais



Fonte: Rodrigo Turin, a partir de apontamentos metodológicos oferecidos por Joel Wainwright e Geoff Mann (2018).

Dentro de cada um desses espectros privilegiam-se conceitos específicos (como “ancestralidade”, “inovação”, “metabolismo social”, “pátria” etc.), do mesmo modo que conceitos comuns são compartilhados e, acima de tudo, disputados. Novos conceitos fundamentais como o de “habitabilidade”, por exemplo, podem receber sentidos muito diferentes em cada uma das vertentes, abrindo formas de temporalização distintas. Se para o (neo)liberalismo climático, por exemplo, habitabilidade remete mais a formas de governança tecnocrática planetária (ou mesmo interplanetária), dobrando e reatualizando a aposta moderna de gerenciamento e

capitalização da natureza, para as cosmopolíticas a noção remete, antes, a formas diferentes de cosmologias, considerando a agência e a interação de humanos e não humanos. Para os neofascismos climáticos, habitabilidade resulta na defesa (ou na conquista) de “espaços vitais” contra as ameaças exteriores, usando a natureza como meio de atualizar disposições racistas e nacionalistas. Dentro do socialismo planetário, por fim, o conceito resulta no planejamento de uma harmonia entre o metabolismo social e o metabolismo do planeta, tendo como condição a superação do capitalismo e a emergência de um socialismo planetário. Torna-se fundamental, portanto, entender esses diferentes usos e sentidos das linguagens envolvendo as mudanças climáticas, o modo como novos conceitos específicos são trabalhados, assim como conceitos comuns são disputados, visando formas diferentes de figurar o futuro.

Nessas diferentes formas de figuração do futuro e seus regimes de historicidade potenciais, o Antropoceno (em suas diferentes nomeações) é inserido e representado de modos distintos, ganhando feições específicas. E, como já foi dito, esses diferentes regimes de historicidade potenciais implicam efeitos diversos na própria temporalização do planeta, resultando na efetivação de diferentes Antropocenos possíveis. De todo modo, diante dessa variedade de formas possíveis, não é pertinente singularizar a variedade de formas de temporalização em torno do Antropoceno sob o guarda-chuva uma categoria única, como o “regime antropocênico de historicidade”. O futuro que irá se realizar de fato é algo que não podemos saber, nem quanto disruptivo ele será, mas o que precisamos saber é de que modo as elaborações de futuro hoje, em sua pluralidade, estão já inscritas em espaços sociais específicos, com suas diferentes disposições políticas e formas de temporalização. A cartografia desses regimes de historicidade potenciais possibilitaria tanto uma conscientização maior acerca dessas temporalizações emergentes e suas enunciações do futuro, como também uma maior responsabilização sobre os seus efeitos pragmáticos.

O objetivo, aqui, não é descrever em detalhes as características de cada uma dessas tendências e vertentes, em suas variedades, mas apenas apontar uma chave de leitura possível para mapear como a mudança climática vem afetando de diferentes formas as temporalizações na contemporaneidade. Em cada um desses tipos ideais, o futuro é figurado de modo distinto, abrindo diferentes regimes de historicidade potenciais, assim como são ordenadas de modos diferentes as relações entre natureza e sociedade, entre humanos e não humanos. Esses tipos representam, inclusive, diferentes perspectivas epistemológicas, éticas e, no limite, ontológicas, engendrando histórias potenciais bastante diversas. E como tipos ideais, necessário lembrar, eles não existem enquanto substâncias concretas e puras, mas apenas indicam modelos de inteligibilidade que abarcam em si gradações e variações diversas, as quais precisam ser preenchidas empiricamente. De todo modo, eles permitem uma ordenação possível e provisória diante da profusão acelerada de discursos envolvendo a mudança climática em nossa cotemporalidade contemporânea.

A coexistência desses modelos de regimes de historicidade potenciais se mostra particularmente intensa e acirrada em realidades como a brasileira. Nos últimos anos, o cres-

cente tensionamento social e o aparente esgotamento do arranjo político elaborado desde a redemocratização fez revelar um profundo conflito de tempos, sem horizonte imediato de resolução (FELTRAN, 2020; NUNES, 2022; TURIN, 2022b). A própria forma de futuro singular (centrado na promessa de homogeneidade nacional, assim como na grandeza alimentada pelos recursos naturais) que permitia as conciliações de antagonismos sociais em diferentes momentos históricos parece perder a força agregadora que possuía, dando lugar a diferentes formas de futuro em disputa. A dimensão climática, nesse contexto, tem se mostrado central, atravessando os modos como os diferentes grupos sociais refiguram suas formas de temporalização. Neofascismo, neoliberalismo, retomadas de projetos socialistas, a pujança dos movimentos negros, indígenas, LGBTQIA+, todos esses espectros políticos se fazem presentes, elaborando – cada um a seu modo e uns em relação aos outros – linguagens e futuros para figurar e orientar ações frente à catástrofe climática que já se experimenta. A análise da reconfiguração desses diferentes espaços de ação (de seus conceitos, ecossistemas e disposições), assim como de seus respectivos horizontes de expectativas, torna-se uma condição fundamental para entender as suas diferentes formas de temporalizações, assim como as temporalizações possíveis do próprio planeta. Nessa brecha temporal em que vivemos, aberta a diferentes futuros possíveis, tão importante quanto saber para onde iremos, é conhecer onde estamos e de que forma nos projetamos.

## Referências

- ANDERS, Günther. *Le temps du fin*. Paris: Herne, 2007.
- ARAÚJO, Valdei Lopes de; MARQUES, Mayra de Souza; PEREIRA, Mateus Henrique de Faria. *Almanaque da Covid-19: 150 dias para não esquecer ou a história do encontro entre um presidente fake e um vírus real*. Vitória: Milfontes, 2020.
- ASAFU-ADJAE, John *et al.* *Manifesto eco-modernista: uma análise da crise ambiental pelo Breakthrough Institute*. Série Meio Ambiente 8. São Paulo: Kotev, 2015. Disponível em: [http://mw.pro.br/mw/meio\\_ambiente\\_08.pdf](http://mw.pro.br/mw/meio_ambiente_08.pdf). Acesso em: 5 fev. 2021.
- AYKUT, Stefan; DAHAN, Amy. *Gouverner le climat? Vingt ans de négociations internationales*. Paris: SciencesPo, 2015.
- BASKIN, Jeremy. *Geoengineering, the Anthropocene and the End of Nature*. Londres: Palgrave Macmillan, 2019.
- BIANCHI, Guilherme. El tiempo en otros términos: modalidades tradicionales y divergentes de temporalización y la imaginación pluralista. *Anuario de la Escuela de Historia Virtual*, año 13, n. 22, p. 49-71, 2022.
- BIHEL, Janet; STANDENMAIER, Peter. *Ecofascismo: lecciones sobre la experiencia*

alemana. Barcelona: Virus, 2019.

BIRCH, Ken. *Neoliberal Bio-Economies? The Co-Construction of Markets and Natures*. Londres: Palgrave Macmillan, 2019.

BLASER, Mario. On the Properly Political (disposition for the) Anthropocene. *Anthropological Theory*, v. 19, n. 1, p. 74-94, 2019.

BONNEUIL, Christophe; FRESSOZ, Jean-Baptiste. *L'événement Anthropocène*. La Terre, l'histoire et nous. Paris: Seuil, 2013.

BOUTON, Christophe. *L'accélération de l'histoire: des Lumières à l'Anthropocène*. Paris: Seuil, 2022.

BROWN, Wendy. *Nas ruínas do neoliberalismo*. A ascensão da política antidemocrática no ocidente. São Paulo: Politeia, 2019.

CHARBONNIER, Pierre. A Genealogy of Anthropocene. The End of Risk and Limits. *Annales*, 72, n. 2, 2017.

CHARBONNIER, Pierre. Politics. *The Philosopher*, v. 110, n. 1, "The New Basics: Planet", 2022. Disponível em: <https://www.thephilosopher1923.org/post/the-new-basics-politics>. Acesso em: 26 ago. 2023.

CHAKRABARTY, Dipesh. *The Climate of History in a Planetary Age*. Chicago: University of Chicago Press, 2021.

CHILDS, Mike. Privatising the Atmosphere: A Solution or Dangerous Con? *Ephemera*, v. 12, n. 1/2, p. 12-18, 2012. Disponível em: <https://ephemerajournal.org/contribution/privatising-atmosphere-solution-or-dangerous-con>. Acesso em: 26 ago. 2023.

COSTA, Alyne de Castro. *Cosmopolíticas da Terra: modos de existência e resistência no Antropoceno*. Tese (Doutorado em Filosofia) – Programa de Pós-Graduação em Filosofia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

CRUTZEN, Paul J. Geology of Mankind. *Nature*, v. 415, n. 23, 2002. Disponível em: <https://www.nature.com/articles/415023a>. Acesso em: 26 ago. 2023.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo*. Ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

DANOWSKI, Deborah; VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. *Há mundo por vir?* Ensaio sobre os medos e os fins. Florianópolis: ISA; Cultura & Barbárie, 2017.

DEUTSCHE WELLE. COP27: mundo rumo para "inferno climático", alerta Guterres. 7 nov. 2022. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/mundo-rumo-para-inferno-clim%C3%A1tico-alerta-guterres-na-cop27/a-63671965>. Acesso em: 26 ago. 2023.

EDWARDS, Paul N. *A Vast Machine: Computer Models, Climate Data, and the Politics of Global Warming*. Massachusetts: MIT, 2010.

ENGELS, Anita; MAROTZKE, Jochem; GRESSE, Eduardo Gonçalves; LÓPEZ-

RIVERA, Andrés; PAGNONE, Anna; WILKENS, Jan (eds.). *Hamburg Climate Futures Outlook 2023*. The Plausibility of a 1.5°C Limit to Global Warming — Social Drivers and Physical Processes. Hamburg: Cluster of Excellence Climate, Climate Change, and Society (CLICCS), 2023. Disponível em: <https://www.cliccs.uni-hamburg.de/results/hamburg-climate-futures-outlook/documents/cliccs-hh-climate-futures-outlook-accessible-2023.pdf>. Acesso em: 14 out. 2023.

FELTRAN, Gabriel. Formas elementares da vida política: sobre o movimento totalitário no Brasil (2013-). *Blog Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, 14 jun. 2020. Disponível em: <https://novosestudios.com.br/formas-elementares-da-vida-politica-sobre-o-movimento-totalitario-no-brasil-2013/#gsc.tab=0>. Acesso em: 26 ago. 2023.

FERDINAND, Malcom. *Uma ecologia decolonial*. Pensar a partir do mundo caribenho. São Paulo: Ubu, 2022.

FOSTER, John Bellamy. Uma hipótese para renovar o projeto socialista. *Outras Palavras*, 23 out. 2020. Disponível em: <https://outraspalavras.net/pos-capitalismo/hipotese-para-renovar-o-projeto-socialista-1/>. Acesso em: 26 ago. 2023.

FRASE, Peter. *Four Futures*. Life After Capitalism. New York: Verso, 2016.

FREYESLEBEN, Alice Fernandes. *A Terra na história e a história na Terra*: desdobramentos da noção de Antropoceno na narrativa histórica. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2022.

GEULEN, Christian. Reply. *Contributions to the History of Concepts*, v. 7, n. 2, 2012.

HARTOG, François. Os impasses do presentismo. In: MÜLLER, Angélica; IEGELSKI, Francine (orgs.). *História do tempo presente*: mutações e reflexões. Rio de Janeiro: FGV, 2022.

HARTOG, François. *Chronos*. L'Occident aux prises avec le Temps. Paris: Gallimard, 2020.

HUI, Yuk. For a Planetary Thinking. *E-flux*, n. 114, 2020.

JASMIN, Marcelo. *Sobre algumas figurações contemporâneas do humano*: Antropoceno e inteligência artificial. Manuscrito cedido pelo autor, 2023.

JASMIN, Marcelo; FERES JUNIOR, João. *História dos conceitos*. Debates e perspectivas. Rio de Janeiro: Loyola/PUC-Rio, 2006.

JORDHEIM, Helge. Introduction: Multiple Times and The Work of Synchronization. *History and Theory*, n. 53, p. 498-518, 2014.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado*: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto; PUC-Rio, 2006.

KRENAK, Ailton. *Futuro ancestral*. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

LATOURE, Bruno. *Onde estou?* Lições do confinamento para uso dos terrestres. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.

LATOURE, Bruno. *Onde aterrar?* Como se orientar politicamente no Antropoceno. Rio de

Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

LOPES, Alfredo R. S.; VIANA JUNIOR, Mário M. O Antropoceno como Regime de Historicidade. *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais*, v. 12, n. 23, p. 9-24, jan./jun. 2020. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/rbhcs/article/view/11708>. Acesso em: 26 ago. 2023.

LORIMER, Jamie. The Anthro-scene: A Guide for the Perplexed. *Social Studies of Science*, v. 47, n. 1, p. 117-142, 2016.

LOWANDE, Walter. *A ciência no tempo das catástrofes: o caso da emergência da Ciência do Sistema Terra*. Manuscrito cedido pelo autor, 2023.

MALM, Andreas. *Corona, Climate, Chronic Emergency War Communism in the Twenty-First Century*. New York: Verso, 2020.

MARQUES, Luiz. O Antropoceno como aceleração do aquecimento global. *Liinc em Revista*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 1, e5968, maio 2022.

MONK-HAMPSHER, Lain; VREE, Frank van (orgs). *History of Concepts: Comparative Perspectives*. Amsterdam: Amsterdam University Press, 1998.

MUDROVIC, Maria Inés. The Politics of Time, The Politics of History: Who Are My Contemporaries? *Rethinking History*, v. 23, n. 4, p. 456-473, 2019.

NETO, Moysés Pinto. O retorno da política. *PISEAGRAMA*, Belo Horizonte, n. 14, p. 64-73, 2020.

NUNES, Rodrigo. *Do transe à vertigem: ensaios sobre bolsonarismo e um mundo em transição*. São Paulo: Ubu, 2022.

PÁDUA, José Augusto. Vivendo no Antropoceno: incertezas, riscos e oportunidades. In: OLIVEIRA, Luiz Alberto (org.). *Museu do Amanhã*. Rio de Janeiro: Edições de Janeiro, 2015. Disponível em: <https://museudoamanha.org.br/livro/10-vivendo-no-antropoceno.html>. Acesso em: 26 ago. 2023.

PELBART, Peter Pál; FERNANDES, Ricardo Muniz (orgs.). *Pandemia Crítica - Outono*. V. 1. São Paulo: N-1, 2021.

ROCKSTROM, Johan; GAFFNEY, Owen. *Breaking Boundaries: The Science Behind Our Planet*. London: Dorling Kindersley Limited, 2021.

ROSA, Hartmut. *Accélération. Une critique sociale du temps*. Laris: Lá Dévouverte, 2010.

RUFFEL, Lionel. *Brouhaha: les mondes du contemporain*. Lagrasse: Verdier, 2016.

SIMON, Zoltán Boldizsár. *The Epochal Event: Transformations in the Entangled Human, Technological, and Natural Worlds*. Cham: Palgrave, 2020.

STEFFEN, Will *et al.* Trajectories of the Earth System in the Anthropocene. *PNAS*, v. 115, n. 33, Aug. 2018.

- STEFFEN, Will; BROADGATE, Wendy; DEUTSCH Lisa; GAFFNEY Owen; LUDWIG Cornella. The Trajectory of The Anthropocene: The Great Acceleration. *The Anthropocene Review*, v. 2, n. 1, 2015.
- STENGERS, Isabelle. A proposição cosmopolítica. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, n. 69, p. 442-464, 2018.
- SUSTENTIO. *Virale klimakommunikation*. 10 jan. 2022. Disponível em: <https://sustentio.com/2022/climateinactionstripes-virale-klimakommunikation>. Acesso em: 26 ago. 2023.
- SWYNGEDOUW, Erik. Ambiente de quem? Fim da Natureza, mudança climática e pós-política. *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 23, n. 50, p. 648-668, 2022.
- TAMM, Marek; SIMON, Zoltán Boldizsár. Historical Futures. *History and Theory* 60, n. 1, p. 3-22, March 2021.
- TAMM, Marek; SIMON, Zoltán Boldizsár. More-than-Human History: Philosophy of History at the Time of the Anthropocene. In: KUUKKANEN, Jouni-Matti (ed.). *Philosophy of History: Twenty-First-Century Perspectives*. London: Bloomsbury, 2020.
- TURIN, Rodrigo. A “catástrofe cósmica” do presente: alguns desafios do Antropoceno para a consciência histórica contemporânea. In: MÜLLER, Angélica Müller; IEGELSKI, Francine (org.). *História do tempo presente: mutações e reflexões*. Rio de Janeiro: FGV, 2022.
- TURIN, Rodrigo. País do futuro? Conflitos de tempos e historicidade no Brasil contemporâneo. *Estudos Avançados*, 36, n. 105, p. 85-10, 2022b.
- TURIN, Rodrigo. Tempos pandêmicos e cronopolíticas. In: PELBART, Peter Pál; FERNANDES, Ricardo Muniz (orgs.). *Pandemia Crítica - Outono*. v. 1. São Paulo: N-1, 2021. p. 326-330.
- TURIN, Rodrigo. *Tempos precários: historicidade, aceleração e semântica neoliberal*. Dansk: Zazie, 2019.
- VEIGA, José Eli. *O Antropoceno e a ciência do Sistema Terra*. São Paulo: 34, 2019.
- VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo Batalha. Sobre os modos de existência dos coletivos extra-modernos: Bruno Latour e as cosmopolíticas ameríndias. Projeto de Pesquisa. *Academia*, [s.l.], [s.d.]. Disponível em: [https://www.academia.edu/21559561/Sobre\\_o\\_modo\\_de\\_existencia\\_dos\\_coletivos\\_extramodernos](https://www.academia.edu/21559561/Sobre_o_modo_de_existencia_dos_coletivos_extramodernos). Acesso em: 17 abr. 2023.
- WAINWRIGHT, Joel; MANN, Geoff. *Climate Leviathan: A Political Theory of Our Planetary Future*. New York: Verso, 2018.
- YUSOFF, Kathryn. *A Billion Black Anthropocenes or None*. Minnesota: University of Minnesota Press, 2018.
- ZALASIEWICZ, Jan (org.). *The Anthropocene as A Geological Time Unit: A Guide to the Scientific Evidence and Current Debate*. Cambridge: Cambridge University Press, 2019.